

11/05/99
 Fundação
 SOCIAL/BIENTAL
 Fonte: D.O.U. (88) 5.1
 Data: 11/05/99 Pg 6-8
 Class: GID 00054

DESPACHO Nº 20, DE 6 DE MAIO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2181/95. Referência: Terra Indígena ITAÓCA. Interessado: Grupos Indígenas Guarani-Mbyá e Guarani-Nhandéva. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2181/95, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena ITAÓCA, de ocupação dos respectivos grupos tribais Guarani-Mbyá e Guarani-Nhandéva, com superfície e perímetro aprovados de 533 hectares e 14 km respectivamente, localizada no município de Mongaguá, Estado de São Paulo.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de São Paulo, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ITAÓCA

Referência: Processo FUNAI/BSB/ 2181/95. Terra Indígena: Itaóca. Localização: Município de Mongaguá, Estado de São Paulo. Superfície: 533 hectares. Perímetro 14 km. Sociedade Indígena: Guarani-Mbyá e Guarani-Nhandéva. Família lingüística: Tupi-Guarani. População: 137 pessoas (1997). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 1063/PRES, de 22 de outubro de 1997, coordenado pelo antropólogo Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos.

I PARTE - DADOS GERAIS

Os Guarani somam, aproximadamente, trinta mil pessoas em território brasileiro. Ocupam os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso, Tocantins, além de áreas na Argentina, Paraguai e Bolívia. Tais regiões estão associadas ao seu território tradicional e outras, como o litoral paulista, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo constituem áreas de reocupação mais recente, decorrente de um fluxo migratório iniciado no século XIX.

No Brasil, os Guarani dividem-se em três subgrupos que são: os Guarani-Kaiwá, os Guarani-Nhandéva e os Guarani-Mbyá. Os Kaiwá estão distribuídos num território que ocupa a região fronteiriça no Mato Grosso do Sul e no Paraguai Oriental. Os Nhandéva ocupam território mais ao sul, em áreas limítrofes do Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai e, ainda, no interior e litoral de São Paulo. Os Mbyá ocupam território localizado na parte central do Paraguai Oriental o qual se estende, hoje, pelo Norte da Argentina (província de Misiones) e pelo Estado do Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Espírito Santo.

1.1 Os Guarani do Estado de São Paulo

A partir de 1553, a consolidação da ocupação européia na região de São Vicente favoreceu a abertura para um vasto sertão atraente por suas riquezas, entre as quais se inclui o elemento indígena. Nos séculos XVI e XVII, índios de diversas nações compunham a maioria da população paulista.

Várias fontes do final do século passado fazem referências à presença indígena antiga no litoral de São Paulo e a bibliografia começa a registrar a presença Guarani no litoral sul de São Paulo sob o ponto de vista histórico e etnográfico. A partir dela, é possível identificar os Guarani em contato com a população regional, mas ainda com um certo grau de isolamento na Serra do Mar, ou, ainda mais recentemente, a partir das correntes migratórias provenientes do oeste desde os vinte cinco últimos anos do século XIX.

Os Nhandéva, iniciaram o processo migratório para o leste, a partir do Rio Iguatemi, sua região de origem, no início do século passado. Depois de várias migrações, os Guarani chegaram ao litoral de São Paulo em 1830, vindos por um itinerário que ia do Rio Grande do Sul a São Paulo, chegando a Itariri (SP) e estabelecendo-se ali até 1912, época em que são conduzidos ao Araribá. Um outro grupo vindo no ano de 1860, conseguiu seu intento de chegar ao mar. Desde então vivem na aldeia Bananal, Terra Indígena Peruibe. Herbert Baldus relata que em 1927, encontrara em Itanhaém um grupo Guarani expulso de suas terras em 1926 e que estava residindo na aldeia do

Bananal em Perusbe. Quando Egon Shaden esteve no Bananal, era habitado quase que exclusivamente por Nhandéva, que ali se estabeleceram no final do século passado. A partir das primeiras décadas do século XX, os Nhandéva do litoral de São Paulo passaram a receber o reforço de outro grupo Guarani, denominado Mbyá.

Em 1925, famílias Mbyá fundaram a área Rio Branco do Itanhaém. A partir do começo do século XX, esta área passou a ser, um "tekohá", local em que viveriam segundo seus costumes, de referência crucial para a ocupação Mbyá no litoral de São Paulo, reduto predominante de Mbyá, que nem sequer admitiam, como acontece até hoje, casamentos interétnicos, mantendo o parentesco endogâmico da cultura tradicional. A partir da década de 50, os Mbyá passaram a ser a população indígena que mais tem crescido no litoral paulista. Os Guarani Nhandéva e Mbyá são estimados hoje, no Estado de São Paulo, em torno de 1600 pessoas que ocupam 15 áreas, entre acampamentos temporários e áreas permanentes.

II PARTE - HABITAÇÃO PERMANENTE

A visão que os Guarani têm de seu território e as bases que foram fundadas para que tal terra fosse por eles identificada perpassa pela tradição, construída pelas histórias de origem deste grupo, que narram precisamente de onde vieram os primeiros ancestrais, suas viagens e aldeamentos subsequentes. É com base nessas tradições que os índios podem afirmar quais são os lugares em que podem construir seus *teko*.

A ordenação dos grupos Guarani ao longo do litoral remonta a suas crenças no cataclismo que acabará com o mundo. Estando nesses lugares de ocupação histórica Guarani, eles estão mais perto de *Nhanderú* (Deus). A Terra Indígena Itaóca segue exatamente os preceitos religiosos que são um dos suportes do modo de ser Guarani. Conforme ressalta Meliá, se não existirem locais adequados (*teko*), a tradição (modo de vida, *teko*) Guarani pode não sobreviver - "sem *teko* não há *teko*".

A aldeia de Itaóca localiza-se na cidade de Mongaguá, a qual até 1948 pertencia ao Município de São Vicente. Os primeiros habitantes desta área, foram os índios Guarani com acampamento junto ao Rio Aguapeú. Eram índios pacíficos que tinham no rio excelente ponto de pescaria. Os índios de Mongaguá tinham também suas aldeias à margem direita do rio Mongaguá enquanto os colonizadores estabeleciam-se à margem esquerda. Nas décadas seguintes os índios foram se afastando para o interior e na década de 1940 já viviam em aldeias localizadas à margem direita do rio Branco.

Este território, que é reconhecido pelos Guarani, tem uma perspectiva socio-regional que ultrapassa seus limites territoriais e é revelada pela categoria *guá*, expressão que significa um conjunto de aldeias unidas por laços de parentesco e reciprocidade. Desta forma, um *teko* faz parte "de um complexo geográfico que compreende outras aldeias Guarani Mbyá, onde cada uma delas é fundamental para manutenção de reciprocidade e da organização social e política do grupo", conforme Maria Inês Ladeira.

Itaóca representa um local de importância histórica, material e simbólica para os Guarani Nhandéva. Os relatos dos primeiros ocupantes apontam o reconhecimento da área como antiga região de perambulação e habitação para os ascendentes dos Nhandéva que estão em Itaóca. Segundo conversas estabelecidas com antigos habitantes de Mongaguá, é fato notório que os índios desde os anos 30 habitavam a região do rio Aguapeú. Em Mongaguá, na década de 40, eram encontrados vários índios Guarani morando na região, mais precisamente do rio Bichoró, conhecido como Aguapeú, até o rio Branco e nos dois lados do rio Mineiro, formador do rio Aguapeú, sendo esta região conhecida pelos índios Guarani desde a década de 40. Ali tinham suas aldeias e também faziam incursões na mata coletando palmito e materiais para uso doméstico. Esta referência aos índios faz parte da memória da maioria dos antigos moradores de Mongaguá.

Com uma população de 137 pessoas, a aldeia de Itaóca é formada por 25 habitações divididas em pequenos núcleos. Os Nhandéva têm suas habitações no Morro Novo e os Mbyá nos morros à direita deste. Os Nhandéva possuem 8 casas interligadas através de pequenas trilhas. As casas ficam, espalhadas no sopé do morro; são pequenas construções de uma (1) água. O lado dos Mbyá é formado por 5 pequenos núcleos, uns de três e outros de quatro casas. As *Oo*, como os Mbyá chamam suas habitações, são pequenas construções de duas águas.

No Brasil, os Mbyá não constroem casas comunais, uma vez que cada família elementar tem sua habitação. A família extensa patrilinear e uxori-local é a unidade básica da sociedade Guarani. Assim um *teko* Guarani abriga um número de casas idêntico ao de famílias elementares, variando de duas até dez ou mais casas. As casas (*Oo*) em Itaóca distribuem-se pela área formando pequenos núcleos. A distância entre elas é proporcional à distância das relações de parentesco que unem seus moradores. As moradias abrigam famílias nucleares, ligando as casa a diversos caminhos.

Existe em Itaóca uma *Opy*, casa sagrada onde são praticadas as cerimônias e rituais religiosos. Mede cerca de 8 metros de comprimento por 5 metros de largura. A *Opy* é um local onde são ouvidas as belas palavras (*porahéi*) proferidas pelos xamãs e onde são realizados os rituais como o batismo do milho, batizados de crianças, funerais, rituais de cura, etc.

III PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Embora limitados pelas condições ambientais, os Guarani tiram da mata a maioria dos alimentos para sua subsistência. A coleta, a caça e a pesca são fontes importantíssimas para manutenção física e cultural deste povo. As invasões progressivas das matas pelos grileiros, através de loteamentos irregulares, como é o caso de Itaóca, de vastas grandes áreas para especulação imobiliária e deflagram mudanças no modo de vida indígena. Na aldeia de Itaóca, as transformações ocorridas na economia da aldeia, oriundas do contato com a civilização, têm provocado uma relativa mudança em certos padrões tradicionais. Hoje, a coleta e a roça têm uma importância maior do que a caça e a pesca, assim como a venda de artesanatos, que também tem adquirido importância substancial.

Na confecção de cestaria, são utilizados três tipos de cana, geralmente encontradas entre o Morro Novo e o Rio Aguapeú, a noroeste da aldeia. As canas são: *tacuapi*, *tacuarembó* e *taquarusú*. Os arcos são feitos com a parte central da palmeira *pingó*, flexível e resistente e fibra de cipó *guaembé*, fixada às pontas do arco dando sua forma curva. A produção artesanal como: arco e flecha, machado de pedra, lanças, pulseiras, colares, etc, é vendida nas feiras. Como consequência dos contatos culturais, nota-se que a fabricação de arcos e flechas não tem só como objetivo principal a caça, assumiu também um objetivo comercial.

A expressão "coleta" é usada aqui de forma generalizada, indicando todos os materiais que os Guarani extraem da mata. A este tipo de atividade dedicam um tempo maior, por representar a procura e obtenção de matérias-primas para os seus artefatos e pelas relações comerciais advindas das vendas. Através da coleta, trazem *imbira* (*imbiruçu*) para confeccionar cordão que serve para o arco e flecha, servindo também para qualquer tipo de amarra. Os Guarani coletam também ervas medicinais e produtos alimentícios como: banana (*paková*), cajú (*acajú*), ingá, abacaxi (*ibacati*), maracujá, pitanga, etc.

Na região, que compreende a Terra Indígena Itaóca, mais precisamente entre o Rio Aguapeú, o Morro Novo e o *igarapé Sem Nome*, ao Norte e a Noroeste da Aldeia, encontra-se duas espécies de palmito (*jejú*): o amargo (*jejú roba*) e o doce (*jejú cee*). Dessas duas espécies, o palmito doce é coletado para venda ou consumo pelos Guarani, estando muito difundido na área. Para que o palmito não acabe os Guarani fazem uma coleta planejada; a área, na qual foi feita coleta durante um ano, é abandonada em seguida para que os palmitos pequenos possam crescer, continuando a extração em outra área e assim por diante. Deste modo, eles coletam e também preservam os palmitos, uma de suas principais fontes de recursos. Os Guarani chegam a caminhar cerca de 10 km por dia para vender seus produtos nas feiras livres de Mongaguá.

A venda é feita nas feiras de Mongaguá e nas praias. A venda é atribuição daquele que confeccionou as peças ou de seu grupo familiar. Parte da renda obtida com a venda do artesanato e do palmito, geralmente, é convertida em bens alimentares destinados ao consumo doméstico e exercem importante papel na subsistência dos índios Guarani.

A Terra Indígena de Itaóca dispõe de recursos que permitem a agricultura em bolsões de terreno não arenoso. Cada família possui sua roça que varia de 10 a 20 metros quadrados. Nas roças encontram-se: amendoim (*mandubi*), batata-doce (*jetý*), banana (*paková*), mandioca (*mandió*), cana-de-açúcar (*tacóroé*), milho (*awati jú guaçu*). Eventualmente, são plantadas algumas árvores frutíferas como limoeiro, laranjeira, bananeira e outras, próximas às casas, e também algumas ervas medicinais. Nos períodos de janeiro/fevereiro e agosto/setembro, o solo é cultivado e, geralmente, a derrubada do mato é feita pelos homens e a limpeza do terreno é realizada por todos. O plantio e a colheita são atividades essencialmente femininas, mas podem contar com o apoio masculino, enquanto o preparo do alimento cabe somente às mulheres.

A caça para os Guarani tem uma importância muito grande, em virtude de estar também diretamente relacionada com o modo de ser Guarani. É recomendação do pajé que se coma carne de caça e não a carne vendida em açougues, que só o *jurúá*, não-índio, pode comer. Todavia por causa dos desmatamentos, as queimadas e a caça

Fonte: D.O.U. (88)
Data: 11/05/99
Class.: 6

intensificada pelos brancos, os animais estão desaparecendo na Terra Indígena Itaóca. Mas ainda são encontrados alguns animais que fazem parte da dieta alimentar dos Guaraní como: tatu, caititu, gambá, porco do mato e quati. A caça e a captura de animais fazem parte das atividades cotidianas do Guaraní. Quase todas as manhãs, dois ou três homens saem juntos de suas casas, embrenhando-se pelo mato para ver os mundéus, pequenas armadilhas. Cada homem tem no mato de quatro a cinco mundéus de jiçara e laços. Com laços de varas elásticas, pegam pelas patas os porcos do mato e antas. A distribuição dos animais abatidos, feita por quem os matou, beneficia todas as famílias da comunidade. Reparte-se tudo em porções iguais, inclusive para o caçador, e não há partes especiais destinadas a este ou aquele. A reciprocidade é o princípio que rege a distribuição interna na sociedade Guaraní.

A pesca nos rios Sem Nome e Aguapeú, que limitam a terra indígena Itaóca, é praticada em grupos, de 6 a 10 pessoas, podendo contar com a participação das mulheres e das crianças. Os Guaraní pescam principalmente a traíra, o bagre e o cará. Nessas pescarias são utilizados anzóis de metal, usados de preferência pelas mulheres e crianças. Esses anzóis são fabricados com arame ou de agulhas de costurar. Na falta de linha comprada, recorrem à fibra de tucum. Utilizam o mundéus de peixe, que são colocados dentro do rio, com uma tábua que desarma quando a traíra ou outro peixe mexe na isca. Alguns indivíduos ainda pescam com auxílio de arco e flecha. Os peixes podem ser consumidos no local da pesca ou podem também, dependendo da quantidade, ser levados para aldeia, onde serão compartilhados com os outros índios.

IV PARTE - MEIO AMBIENTE

Com proposta delimitação em 545 hectares e perímetro de 13 km, a Terra Indígena Itaóca tem cerca de 95% de seu território constituído de mata nativa (Mata Atlântica) sendo que os 5% restantes constituem-se áreas de moradia dos índios e dos não-índios (posseiros). Nos Limites Norte, Noroeste e Oeste, deste território, localiza-se o rio Aguapeú e no limite Leste o córrego Sem Nome que nasce no Morro Novo, além de vários filetes d'água que nascem dentro da terra indígena. Esta configuração territorial é essencial para a qualidade dos recursos hídricos que são necessários não só para a sobrevivência do grupo indígena como também para toda biota deste ambiente.

No morro Novo ou Santa Helena, localizado no limite Sudoeste, desta terra indígena, com curvas de níveis variando entre 0 m a 253 m de altitude, encontra-se uma das áreas mais ricas em termos ambientais pois, nela vive a maioria da fauna existente, compondo um relevo irregular propício a presença dos marsupiais e roedores. O morro Novo além de se constituir em um limite natural, tal como proposto pelo Grupo Técnico Portaria nº1063/97, também representa o limite do ambiente acima descrito, pois da sua base Sul até o meio do morro localiza-se uma fazenda de plantação de banana, cujos proprietários desmataram toda vegetação nativa para dar lugar a inúmeros pés de banana. Apesar da riqueza de espécies, a fauna da Mata Atlântica está sob constante ameaça de extinção, com os principais animais reduzidos a populações inexpressivas e sofrendo o constante ataque do homem. Tal fato se dá na forma de desmatamento para especulação imobiliária, pois tendo em vista que as cidades paulistas litorâneas são fixadas entre a Serra do Mar e o oceano, a pequena faixa de terra ocupada pelas cidades tende a crescer, invadindo a mata. No caso da cidade de Mongaguá não é diferente, alguns de seus bairros estão invadindo regiões protegidas ambientalmente, como o Parque Nacional da Serra do Mar, fazendo com que a fauna da mata atlântica tenda a desaparecer nestas regiões.

De certo modo, a Terra Indígena Itaóca permite a sobrevivência da várias espécies de animais ameaçadas de extinção na região. Dentro dos limites desta terra indígena, são encontrados ainda áreas para extração de produtos da mata (palmito, folhas, cipós, raízes, frutos) e áreas para agricultura de subsistência.

A mata para os Guaraní não é apenas o local onde eles podem retirar seus alimentos ou matéria-prima para seus artesanatos, a mata representa o 'sagrado', o local em que se abre a porta para a terra sem mal, local em que os elementos que constituem o ethos cultural Guaraní se unem.

V PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os índios Guaraní do litoral são extremamente tradicionais do ponto de vista da religião e procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, a qual, simbólica e praticamente, condicionam sua sobrevivência.

No plano simbólico, consideram que, em alguns lugares do litoral, se originou a construção do mundo Mbyá pelo "criador". Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbyá, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, formações rochosas e mesmo ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição. Formar aldeias nesses lugares "eleitos" significa estar mais perto do mundo celestial pois, para muitos, é a partir desses locais que o acesso a "jvy marãey", a "terra sem males", é facilitado. Uma terra Mbyá inclui a floresta (*ka'aguy*) e todo o ecossistema a ela referida como caça, pesca, água, espaço para cultivo de roças.

Nos lugares "eleitos", os Mbyá constroem também, a casa sagrada (*opy*) onde praticam suas cerimônias e rituais religiosos. Além da função religiosa a *opy* tem também função social, toda problemática do dia é discutida nas reuniões diárias. A harmonia social e espiritual do grupo depende dessas reuniões, é um renovar diário do modo de ser Guaraní.

Para os Mbyá o casamento ideal é entre indivíduos do mesmo subgrupo, da mesma aldeia ou de outras aldeias. Um dos principais fatores de identidade é a obrigatoriedade de moradia na aldeia. Se um membro do grupo casar com um não-Mbyá, deve deixar a comunidade. Nenhum Mbyá puro pode casar com branco ou com outro índio, como me foi dito na aldeia. O mesmo não ocorre com os Nhandéva, encontrando-se em Itaóca o casamento de Nhandéva com branco ou com índios de outras etnias.

O cemitério na Terra Indígena de Itaóca fica a 1500 metros ao Norte da Aldeia, próximo à margem esquerda do igarapé Sem Nome (que nasce no morro Novo), afluente da margem esquerda do rio Aguapeú. Nele são enterrados os mortos em covas rasas e fincada uma cruz (*curuzu*). Sobre a sepultura são dispostos, por vezes, alguns objetos pessoais do morto. Sobre cada uma é colocada uma vasilha com água. Esta água relaciona-se com a concepção dual de "alma" e "espírito". A localização exata do cemitério é mantida em segredo para os não-Mbyá.

A população em Itaóca está assim composta: são 73 mulheres e 64 homens, perfazendo um total de 137 pessoas. Cerca de 50% da população de Itaóca é constituído por jovens de até 17 anos e entre estes, mais da metade são crianças. Estes dados apontam para uma alta taxa de natalidade, projetando um elevado crescimento populacional para o futuro, a exemplo de outras comunidades de São Paulo, como a do Aguapeú e Rio Branco. O crescimento populacional e o grande contingente de crianças demanda um maior desempenho econômico por parte dos chefes de famílias, consequentemente, melhores condições ambientais necessárias à realização do padrão cultural Guaraní. Entre os Guaraní Mbyá há 44 homens e 37 mulheres, totalizando 81 pessoas; e entre os Guaraní Nhandéva há 36 mulheres e 20 homens, totalizando 56 pessoas.

Os Mbyá de Itaóca têm relações de parentesco com vários Guaraní ocupantes das terras indígenas, Guaraní da Barragem, Guaraní do Rio Branco, Krukutu, Ferube, Ribeirão Silveira e Serra do Itatins, todas no Estado de São Paulo. Além dessas, mantêm relações com os Guaraní de terras indígenas de outros estados e também de outros países. Visitam sistematicamente parentes estabelecidos nestas terras e os recebem com frequência. Estas viagens são, muitas vezes, motivadas pela possibilidade de realização de futuros casamentos. Com os traslados, trocam permanentemente notícias de seus parentes distantes. Em qualquer localidade, pode-se ter notícias de pessoas que vivem longe. As relações com os Mbyá da Terra Indígena Guaraní do Aguapeú são mais frequentes e intensas dada a proximidade entre as duas áreas e a grande quantidade de parentes entre as duas terras indígenas. Reuniões e festas de cunho religioso também são frequentes.

As relações estabelecidas pelos Guaraní de Itaóca com a sociedade envolvente, população de Mongaguá e redondezas, são marcadas por respeitosa cordialidade de ambos os lados. Os Guaraní prezam um relacionamento distante mesmo com a população regional mais próxima. Com ela não são estabelecidas relações mais estreitas como casamentos, compadrios, etc.

VI PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário dos ocupantes não-índios da Terra Indígena Itaóca, foi realizado no período de 04/11 a 07/12/97. Neste período, foram levantadas 19 posses, sendo que todos os levantamentos foram feitos na presença dos posseiros. A dificuldade maior foi encontrá-los pois mais de 90% deles não residiam no local. Grande parte dos posseiros trabalham e possuem propriedades na cidade de Mongaguá, sendo a posse utilizada apenas nos finais de semana para o lazer. Uma parte da Terra Indígena Itaóca está inserida num loteamento, de propriedade do Sr. Milton Jorge Namura. A área reivindicada pelo Sr. Namura é de 115 ha, esta área faz parte da zona de proteção do Parque Estadual da Serra do Mar. O Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, órgão da SEMA, não autorizou o desmatamento nesse setor, ao Sr. Namura, devido a uma série de restrições estabelecidas na legislação ambiental vigente e pelo fato de cerca de 90% da área estar coberta por Mata Atlântica. Portanto, a implantação do loteamento projetado no local deve ser sustada não somente em razão de se tratar de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guaraní, mas também por razões atinentes à legislação ambiental.

QUADRO: OCUPANTES NÃO ÍNDIOS.

LVA nº	NOME DO POSSEIRO	Tempo de Ocupação	Mora na área	Area estimada (ha)
01	João Guilhermino dos Santos	2 anos	não	3,0
02	João Guilhermino dos Santos	4 anos	não	10,0
03	Luzia Alves dos Santos	sem informação	sim	22,2
04	Dulce Guergolett	3 meses	sim	0,5
05	Basíldio da Conceição Rosário	5 anos	sim	5,0
06	Rosalina Maria da Silva	13 anos	sim	sem informação
07	Theotonio Lucas	sem informação	sim	22,2
08	Vitalino Moreira da Silva	4 anos	não	4,48
09	Lourenço Lopes da Silva	2 anos	não	14,0
10	José Heleno Filho	7 anos	não	6,0
11	Jorge Luiz Rezende de Almeida	3 anos	não	0,11
12	Rosa Pereira	12 anos	sim	1,6
13	Ivony Silva dos Santos	sem informação	sim	0,30
14	Tereza Silva dos Santos	30 anos	sim	0,32
15	André Silva Rosário	2 anos	não	0,11
16	Valdemir Aparecido	4 anos	não	1,0
17	Elenice Alves de Souza	2 anos	não	1,5
18	João da Guia Fernandes	1 ano	não	6,32
19	Francisco Luiz Filho	5 anos	não	5,0

DOCUMENTAÇÃO
 Fonte: D.O.U. (88)
 Data: 11/05/99 Pg 7
 Class: 613071

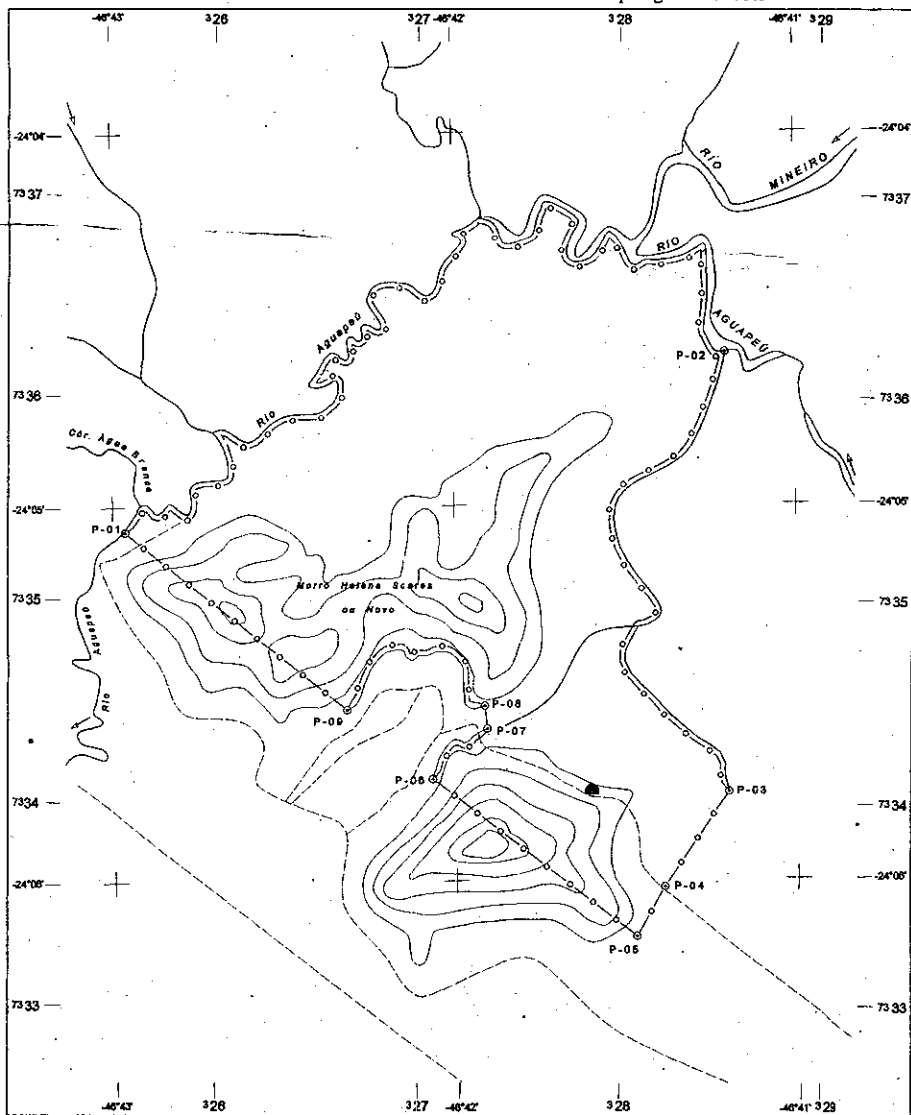
VII PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Itaóca com uma superfície de 545 hectares e perímetro de 13 km, foi feita a partir das reivindicações dos Índios Guaraní Mbyá e Guaraní Nhandéva, por ocasião de reunião promovida durante os trabalhos do G. T. PP 1063/97.

Com base nos estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, bem como no levantamento fundiário realizado a nível local e nos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Itanhaém e Santos, essa proposta contou com o acolhimento dos participantes do referido Grupo Técnico.

A proposta de identificação e delimitação apresentada atende aos requisitos estabelecidos pelo artigo 231, § 1º, da Constituição Federal, pelo Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. A terra indígena ora identificada está localizada no espaço que os Guaraní reconhecem como território tradicional, que hoje a habitam e usam produtivamente de forma permanente. Esta terra indígena contém as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar e à reprodução física e cultural dessa população indígena, segundo seus usos, costumes e tradições.

CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS
 Antropólogo/DEID/DAF



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ALDEIA INDÍGENA
- — — CAMINHO
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- CURVA DE NÍVEL
- PUNTO DEPENDOR DE LIMITE

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA ITAÓCA		PLANTA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: MONGAGUA		SUPERFÍCIE: 533 ha	PERÍMETRO: 14 km
ESTADO: SÃO PAULO		ESCALA: 1:25.000	DATA: 28/04/99
AER: BAURÚ		PROCESSO: FUNAI nº 2181/95	BASE CARTOGRAFICA: SG-23-V-A-III-2
RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: CARLOS A. B. P. DOS SANTOS ANTRÓPOLOGO - DAF/DAF	RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: FRANCISCO MOSEVELL DA SILVA ENGENHEIRO AGRÔNOMO - DAF/DAF SICA nº 9.43810	VISTO CHEFE DO DEB: FRANCISCO COLASO ENGENHEIRO AGRÔNOMO - DAF/DAF CREA nº 82.458/9	PORTARIA: nº 1.083/PRES/97

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
Departamento de Demarcação - DED
Memorial Descritivo de Delimitação

Denominação
Terra Indígena ITAÓCA
Aldeias Integrantes
Guarani de Itaóca
Grupo Indígena
Tupi-Guarani
Localização

Município: Mongaguá

Estado: São Paulo

Administração Executiva Regional: Bauru

Coordenadas Dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte:	24°04'35" S	46°41'12" Wgr
Leste:	24°05'46" S	46°41'12" Wgr
Sul:	24°06'09" S	46°41'29" Wgr
Oeste:	24°05'04" S	46°42'58" Wgr

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SG.23-V-A-III-2	1:50.000	IGG-SP	1971

Dimensões

Superfície: 533 ha (quinhentos e trinta e três hectares) aproximadamente.

Perímetro: 14 km (quatorze quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'04"S e 46°42'58"Wgr., situado a margem direita do Rio Aguapeú, segue por este, a jusante, até o ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 24°04'35"S e 46°41'12"Wgr., situado na confluência com um córrego sem denominação. LESTE: Do ponto antes descrito segue pelo referido córrego, a montante, até o ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'46"S e 46°41'12"Wgr., situado na sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 24°06'01"S e 46°41'24"Wgr., situado no bordo direito da estrada de acesso a terra indígena; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 24°06'09"S e 46°41'29"Wgr., situado na base de um morro sem denominação. SUL/OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'44"S e 46°42'04"Wgr., situado na base do morro sem denominação; daí, segue acompanhando a curva de nível até o ponto P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'36"S e 46°41'55"Wgr., situado numa estrada de acesso a terra indígena; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'32"S e 46°41'55"Wgr., situado na base do morro Helena Soares ou Novo; daí, segue acompanhando a curva de nível até o ponto P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 24°05'33"S e 46°42'19"Wgr., situado na base do referido morro; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Eurípedes Roosevelt da Silva, Engenheiro Agrimensor, CREA MG - 9836/D.

(Of. nº 485/99)